



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DINÂMICA REGIONAL, POLÍTICA ECONÔMICA, EVOLUÇÃO DO EMPREGO E REDE URBANA
CEARENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Fernando Cezar de Macedo (IE/CEDE/UNICAMP) - fernando.cezar.macedo@gmail.com.br

Professor

Francisco do Ó de Lima Júnior (URCA e IE/CEDE/UNICAMP) - limajunior_economia@yahoo.com.br

Professor da URCA e doutorando do IE/UNICAMP

José Micaelson Lacerda Morais (URCA e IE/CEDE/UNICAMP) - micaelson_lacerda@yahoo.com.br)

Professor da URCA e pós-doutorando do IE/UNICAMP

DINÂMICA REGIONAL, POLÍTICA ECONÔMICA, EVOLUÇÃO DO EMPREGO E REDE URBANA CEARENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

1. APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir o desenvolvimento econômico e a evolução da rede urbana do Ceará nesta primeira década do século XXI, a partir de uma perspectiva histórica. Além das heranças seculares que marcaram sua organização territorial, este ensaio toma como elemento decisivo na estruturação do espaço cearense as diversas políticas implementadas pelos governos estaduais que articularam – ao longo de quatro décadas seguidas, mas com especificidades próprias em cada período - a economia cearense aos movimentos das economias brasileira e internacional, influenciando sua organização espacial.

Dividido em seis partes, incluindo esta breve apresentação e as considerações finais, toma como ponto de partida, na seção 2, a herança colonial primário-exportadora que definira, ainda no século XIX, a capital cearense como principal centro urbano do estado graças à centralização dos excedentes das atividades sertanejas sustentadas no binômio pecuária-algodão. Neste sentido, Fortaleza tornou-se sede do capital mercantil que realizava a intermediação da produção organizada na hinterlândia de pequenos núcleos interioranos aos mercados nacional e mundial, constituindo os antecedentes da rede urbana estadual.

Na terceira seção, discutem-se as transformações verificadas na fase de integração do mercado nacional, especialmente a partir da industrialização promovida pela SUDENE que concentrou os principais investimentos na cidade de Fortaleza, aumentando-lhe a primazia sobre a rede urbana estadual e suas inter-relações com a economia brasileira, contribuindo para o aumento da diferenciação capital-interior.

Na quarta, são apresentadas as transformações das últimas décadas, especialmente os esforços de descentralização da atividade produtiva, a partir de uma ação deliberada do governo do estado, através dos instrumentos da guerra fiscal que atraíram para o interior importantes investimentos, sem, contudo, reduzir as disparidades intra-estaduais ainda fortemente marcadas pelo predomínio metropolitano. No item seguinte são tratados os focos dinâmicos da economia cearense neste início de século XXI, com particular ênfase para aqueles pontos do território que aumentaram sua inserção competitiva no mercado internacional, a partir da maior abertura da economia brasileira, e/ou aqueles que conseguiram lograr crescimento com base nas políticas estaduais de atração de investimentos, dando continuidade ao movimento que se iniciara na década anterior,

aumentando a diferenciação interna do espaço cearense, posto que a capital continua exercendo forte primazia – apesar da lenta inflexão da concentração econômica verificada – enquanto o interior divide-se em uma parte dinâmica, com maiores taxas de crescimento neste início de século XXI e atrativas ao capital privado, enquanto outra parte ainda se encontra na dependência de transferências intergovernamentais de recursos e do gasto público, sem externalidades que induzam os investimentos privados. Neste tópico, é feita uma análise da evolução do emprego no estado, tentando identificar mudanças qualitativas no mercado de trabalho decorrentes da dinâmica da economia e quais as especificidades que esse processo assume nas regiões cearenses. Demonstra-se que apesar dos programas com fito a desconcentrar as atividades produtivas, estas mantiveram-se fortemente concentradas na área metropolitana.

2. ANTECEDENTES DA REDE URBANA CEARENSE

Se em seus primórdios a lógica originária da rede urbana cearense não difere de suas congêneres – nasce como suporte à circulação de excedentes produzidos e reproduzidos sob a hegemonia do capital mercantilⁱ -, quando comparada, no entanto, aos demais espaços brasileiros e nordestinos em particular, sua rede de cidades se constituiu de forma tardia e toma feições que não sofrem mudanças em suas tendências que perseveram até os dias atuais, embora movimentos recentes lhe deem novos e importantes contornos, indicando-lhe um lento processo de mudanças.

De uma perspectiva histórica, cabe destacar que algumas das principais cidades que atualmente exercem papel de lugar central na rede urbana do Ceará tiveram sua fundação e/ou elevação à categoria de vila ao longo do século XVIII, em decorrência do desenvolvimento da pecuária extensiva que promoveu a ocupação do interior do que é hoje seu território estadual. Reproduziam-se em terras cearenses as características sócio-econômicas da civilização do couro, tal como descreveu Capistrano de Abreu (1999), a partir do povoamento às margens dos rios Aracajú (na região ao norte, na parte ocidental do estado) e Jaguaribe que corta o Ceará de norte a sul, em sua porção orientalⁱⁱ. Ao longo do primeiro, destaca-se o município de Sobral; na foz do segundo, Aracati que durante muito tempo foi o principal porto do estado.

O que houve de relevante naquele movimento foi que a conquista/ocupação extensiva com base na geração de um excedente comercializável a partir da pecuária configurou as aglomerações iniciais sobre as quais se constituiriam as cidades comerciais que lhes dariam suporte. Ademais, é importante destacar não só o povoamento pela ocupação, mas também o processo de conexão que vai se criando pela necessidade de escoamento da comercialização que ocorria nas feiras dos pólos da zona açucareira, fora do Ceará, como Goiana, Olinda e Recife, no Pernambuco. A articulação feita, embora precária,

fixou uma malha de estradas e caminhos vicinais que integrou os núcleos e fazendas e suas hinterlândias nas distintas regiões do estado e deste aos seus vizinhos, anunciando um embrionário sistema de cidades que seria estruturado posteriormente com as ferrovias impulsionadas pelo algodão.

Embora tenha sua ocupação territorial iniciada com maior vigor a partir do interior, a exemplo do Piauí e diferente dos demais estados nordestinos, o predomínio litorâneo na rede urbana cearense logo se faria sentir. Fortaleza iniciaria, ainda no século XVIII, seu papel de entreposto comercial, consolidando-se continua e progressivamente nos subsequentes, em decorrência do avanço de outra atividade estruturadora de seu território que se desenvolveu a partir da segunda metade daquele centúrio e com maior vigor no seguinte: o algodão.

Este produto promoveu o florescimento de importantes núcleos urbanos no sertão – como, por exemplo, Iguatu, Quixadá, Quixeramobim e principalmente Icó, além do Crato na região do Cariri (no sul do estado) -, tornando-os progressivamente tributários da capital, em especial a partir da consolidação das ferrovias no século XIX que organizariam o espaço cearense de forma muito mais definida e duradoura do que as antigas rotas do gado, preparando, lentamente, as condições materiais para a incorporação do espaço cearense à lógica de acumulação que emergiria com a industrialização brasileira na segunda metade do século XX.

A implantação das ferrovias teve efeitos na organização urbana pela dupla emergência: a dos centros coletores como pólos regionais e a de Fortaleza como centro de exportação. Os próprios eixos delas definiram a lógica de adensamento da capital já que às suas margens cresceram novos bairros surgidos desta fase em diante. A partir de então, se sedimentariam os elementos que caracterizam o sistema urbano do Ceará na atualidade, marcado pelo exponencial crescimento da capital, presença de poucos centros de médio porte e inúmeras pequenas aglomerações.

A capital passaria a exercer, a partir daquele momento, papel que lhe seria decisivo para a consolidação de sua primazia urbana: centro comercial responsável pela centralização e intermediação da produção algodoeira sertaneja (e de outras mercadorias de menor monta) para o exterior e/ou para o mercado interno extra-estadual. Portanto, reproduziu-se no estado uma estruturação territorial decorrente do binômio pecuária-algodãoⁱⁱⁱ intermediado pelo capital mercantil sediado em uma cidade portuária dando-lhe uma organização dendrítica que se verificou em outras áreas do Nordeste, conformando-lhe traços que se manteriam, a despeito da diversificação produtiva e transformações posteriores, especialmente ao longo do século XX. Em outras palavras, o tipo de inserção cearense no comércio nacional e internacional – periférica e primário-exportadora - definir-lhe-ia os traços urbanos mais marcantes que ainda persistem.

Além do movimento econômico, as condições climáticas, num contexto de forte concentração latifundiária, baixa produtividade econômica e extrema pobreza rural^{iv} contribuíram para o crescimento populacional da capital nos últimos dois séculos, especialmente em anos de seca quando as migrações internas no sentido sertão-capital tornavam-se a opção derradeira para uma leva de desterrados que ocuparam a periferia de Fortaleza aumentando significativamente sua primazia (em termos populacionais) na rede urbana estadual.

Esse padrão macrocefálico se mantém até os dias de hoje, embora se observe a partir do final do século XX maior adensamento e diversificação econômica fora de Fortaleza e de sua área metropolitana, com ritmo de crescimento mais acelerado (e seletivo) de determinadas partes do interior, fato que pode ser observado por um conjunto de indicadores descritos adiante, especialmente na seção 5. Com isso observa-se um lento processo de descentralização econômica, refreando a excessiva concentração que se consolidou na RMF advinda da industrialização brasileira a partir da segunda metade do século, com a incorporação do Ceará à lógica de acumulação derivada da integração do mercado nacional, conforme se discutirá a seguir.

3. INDUSTRIALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRIMAZIA URBANA DE FORTALEZA

As origens do padrão que caracteriza a rede urbana cearense, marcado pela primazia de sua capital, conforme assinalado na seção anterior, remonta ao assentamento das bases de suporte à circulação do excedente gerado pelo complexo pecuário-agodoeiro. Entretanto, é a partir do avanço da atividade industrial que o intenso crescimento de Fortaleza e, posteriormente, de sua Região Metropolitana irá delinear os aspectos macrocefálicos que persistem até os dias de hoje.

Seguindo uma periodização para o crescimento industrial do Ceará proposta por Amora (2007, p. 371), é possível identificar como este processo forja o quadro de elementos que propiciam a consolidação da primazia urbana de Fortaleza. A autora aponta três períodos bem definidos: a) um primeiro, que começa no final do século XIX indo até os anos 1950; b) um segundo momento entre os anos 1960 e meados da década de 1980, e c) a nova fase que se situa em meados desta década, ainda em curso na atualidade.

Considerando a forma de inserção externa derivada de sua base primária sustentada no algodão, na pecuária e em alguns produtos extrativistas oleaginosos, a primeira fase será marcada pela implantação de unidades de beneficiamento destes produtos localizadas predominantemente em Fortaleza em decorrência das vantagens locacionais do porto e das casas de intermediação comercial, centralizando ali o excedente das atividades coletadoras do interior do estado. Instalaram-se estabelecimentos de produção têxtil, óleos vegetais e

beneficiamento de couros e peles, indústrias alimentares e de bebidas, prevalecendo nestes empreendimentos o capital de origem local (AMORA, 2007, p. 372).

Ainda nesta fase, sucede-se a implantação dos eixos ferroviários redefinindo os antigos caminhos dos fluxos da produção algodoeira, estruturando e definindo a hierarquia do sistema urbano cearense, conforme já destacado. Do ponto de vista político, a integração territorial proporcionado pelas ferrovias e o crescente dinamismo da capital pelo adensamento da infraestrutura deles derivados, fez convergir os interesses do capital mercantil concentrado em Fortaleza, aumentando-lhe o poder na mediação das atividades coletadoras do interior com o mercado externo, através do financiamento das operações e do predomínio estratégico do porto, deslocando progressivamente o poder político e econômico da oligarquia agrária interiorana para os comerciantes da capital, ainda que entre eles se mantivessem forte interrelação.

Vale mencionar que um fator de ordem climática - a seca - aprofundava a vulnerabilidade do sistema agrário, provocando migrações cujo destino era os municípios médios marginais à rede ferroviária para, posteriormente, se direcionarem à Fortaleza. Sempre constante, o crescimento populacional da cidade terá *boons* como em certos anos das décadas de 1910, 1930 e 1950 quando as secas foram mais fortes. Com isso, as ferrovias se constituíram durante a primeira metade do século XX na infra-estrutura que articulava o escape tanto durante as fases mais prósperas da atividade agro-exportadora destinando sua produção ao processamento na incipiente indústria da capital quanto nas fases de decadência e seca pelo transporte a grande leva de emigrantes do interior. Ambos os movimentos criam condições para a fase seguinte, na qual a industrialização acontece de forma mais ordenada e concentrada na capital e nos municípios de seu entorno, superando os limites da indústria nesta primeira fase: forte dependência das atividades primárias, baixa competitividade e produção restrita ao escoamento local, pouco atingindo mercados extra-regionais e mesmo externo.

A segunda metade da década de 1950 foi marcada pelas alterações estruturais do processo de industrialização concentrado no Centro-Sul do país e que gerou um conjunto de reivindicações para direcioná-lo, também, a áreas atrasadas, especialmente o Nordeste. Ações implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, criada em 1959, com base no diagnóstico do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste - GTDN (1959), se utilizando de técnicas de planejamento e sustentadas por um sistema próprio de financiamento, serão decisivas para o processo de industrialização da região, inaugurando a segunda fase a que se refere Amora (2007). A partir dos investimentos promovidos por aquela Superintendência e que se localizaram predominantemente em Recife, em Salvador e em menor escala em Fortaleza, a dinâmica sócio-espacial do Nordeste, e do Ceará em particular, ficaria atrelada ao movimento geral da

economia brasileira a partir da integração produtiva nacional comandada pelos capitais do Centro-Sul (GUIMARÃES NETO, 1989).

Diferentemente dos outros dois estados, no entanto, que receberam investimentos complementares à estrutura industrial do núcleo econômico do país, os reflexos no Ceará serão observados pela gradativa modernização e dinamização daqueles ramos tradicionais já instalados na fase anterior, como é o caso da indústria têxtil de capital local. Além dos investimentos industriais, outro importante efeito deste período que contribuirá para a transformação da capital cearense será o estabelecimento de uma série de órgãos e instituições de caráter técnico-científico-burocrático que tem efeitos diretos sobre a diversificação de seu terciário, na criação de equipamentos urbanos e para geração de empregos e renda. Destacam-se a criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (1952) cuja sede é em Fortaleza, a criação da Universidade Federal do Ceará (1954) e a transferência da sede do DNOCS do Rio de Janeiro para o Ceará (1961); todos contribuíram para o avanço das mudanças verificadas em Fortaleza, conforme destacado por Silva (2007).

No mesmo sentido, a preocupação com a atração de indústrias é registrada desde meados de 1960 com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Ceará CODEC e na formulação do primeiro plano de governo estadual, o Plano de Metas Governamentais – PLAMEG, do Governo Virgílio Távora (1963-1967); todos tiveram igualmente, em alguma medida, influência na configuração do espaço urbano da capital. É possível observar, naquele primeiro plano de governo, uma incipiente abordagem de política industrial por parte do poder público estadual que seria posteriormente retomado com maior vigor na última década do século XX com o acirramento da guerra fiscal.

Foram criados, também, nos anos 1960, órgãos e empresas estatais cearenses que deveriam se ocupar da promoção do desenvolvimento industrial, atuando no planejamento e na execução de metas estabelecidas e de forma articulada às ações federais. Além da CODEC, foram criadas a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC) e o Banco do Estado do Ceará (BEC). A atribuição da primeira era a de planejar e orientar o desenvolvimento econômico e social e a do BEC de executar as operações bancárias necessárias aos programas de investimentos, tentando diminuir os problemas da ausência de um mercado local de capitais. Com sede em Fortaleza, tais órgãos ampliaram-lhe a capilaridade e a centralidade sobre a rede urbana estadual.

Portanto, uma das características desta fase marcada pela modernização industrial do Ceará será o alinhamento dos governos estaduais à planificação desenvolvimentista, promovendo a implantação/melhoria de infraestruturas (eletrificação, saneamento básico, abastecimento de água) decisivas não apenas para a acumulação emergente como também para a estruturação dos espaços urbanos. Estas medidas foram particularmente importantes no avanço do crescimento da capital do estado já que grande parte das realizações ocorreu

aí (BERNAL, 2004), indicando que a excessiva concentração econômica em Fortaleza não foi resultado apenas das forças de mercado, mas da ação conjunta (e de certa forma coordenada) dos Estados (o nacional e o subnacional).

Assim, planos foram implementados pelos sucessivos governos estaduais, com prioridade na criação de instrumentos de incentivo à atividade industrial, somando-se ao esforço promovido pela SUDENE. O ápice deste movimento será a década de 1970, quando tem impulso os investimentos do II PND que viabilizou a implantação do III Pólo Industrial do Nordeste localizado em Fortaleza. Nele, destacaram-se os setores tradicionais^v (têxtil, couro e calçados e alimentos) seguindo a particularidade cearense apontada por Aquino (2000) na qual, diferentemente dos casos baiano e pernambucano, observa-se predomínio do capital local oriundo dos excedentes gerados pela atividade agrário-mercantil, diante do baixo interesse dos capitais do Centro-Sul pelo espaço cearense àquele momento.

Esse esforço de industrialização ganhou novo impulso em 1979, com a Lei que deu origem à Política de Atração de Investimentos e a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), mais tarde reformulado e transformado no principal mecanismo da política de atração de investimentos dos “governos mudancistas”, criando estímulos à atração de capitais extra-estaduais, embora tenham sido majoritariamente apropriado pelos empresários cearenses. A criação deste instrumento foi influenciado diretamente pela implantação do referido III Pólo Industrial do Nordeste, atrelando as ações estaduais às federais.

O principal efeito desta fase pode ser percebido pelas taxas de crescimento cearense comparadas à do Nordeste e à brasileira, por sub-períodos, conforme TABELA 1. Faz-se importante compreender que este processo de crescimento industrial gerou conexões econômicas (para dentro e para fora do estado) com desdobramentos sobre o ordenamento do espaço em âmbito estadual e nacional, dentro da lógica estabelecida de divisão nacional do trabalho atendendo ao requerimento maior de valorização do capital em uma economia nacional regionalmente localizada (OLIVEIRA, 1977).

Observando o fluxo de mercadorias^{vi}, percebe-se claramente que este processo de crescimento industrial representou uma maior conexão da economia cearense à brasileira. Basta mencionar que em 1946, 92,8% das vendas cearenses para o mercado interno se destinavam ao Nordeste que respondia, também, por 89,0% das compras realizadas pelo Ceará. Tais números mostram a baixa integração, àquele momento, da economia cearense à brasileira. No entanto, em 1974, após os primeiros investimentos da SUDENE e das ações da política de planejamento estadual, a participação do Nordeste nas vendas cearenses reduziu-se para 58,0% do total enquanto as compras cearenses advindas do Nordeste caíram para 32,9%. Em 1986, o Nordeste continua caindo, representando 39,3% do mercado de destino das vendas internas do Ceará e 19,8% de suas compras. O Sudeste,

por sua vez que representava 5,0% das vendas cearenses em 1946 e 9,8% das compras, passa a representar 32,8% (1974) e 45,9% (1986) do mercado de destino das vendas cearenses e 59,9% (1974) e 43,4% (1986) do mercado fornecedor (compras internas). Esses números indicam que a estrutura produtiva do Ceará integrou-se para além da região Nordeste com o crescimento industrial pós-1960. Esse fluxo mercantil crescente com as demais regiões do país foi articulado a partir de Fortaleza, indicando que o processo de integração da economia cearense à nacional representou, também, aumento da centralidade da capital do estado.

É com base na construção de um aparato infraestrutural e institucional que são constituídos os elementos determinantes da localização da atividade industrial no estado e o gradativo processo de consolidação da primazia urbana de Fortaleza manifestada no seu crescimento que culminou na criação da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF^{vii}.

Com o declínio das atividades primárias e ascensão das terciárias (induzidas ou não pelo crescimento industrial) constitui-se uma organização espacial bastante diferenciada (Capital x Interior_{CE}) na qual se observam relações complementares na rede urbana do estado, composta por uma metrópole de porte regional, alguns centros médios declinantes - antigos produtores/coletores primários, outros que se consolidam a partir da descentralização dos investimentos e uma constelação de pequenas cidades e povoados marcados por baixo dinamismo e pouco (ou mesmo nenhum) atrativo ao investimento privado. É nesta fase que Fortaleza intensifica ainda mais seu crescimento populacional (TABELA 2) e econômico.

4. POLÍTICA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E TENTATIVA DE DESCENTRALIZAÇÃO PRODUTIVA NO CEARÁ

O Ceará destacou-se, na década de 1990, como paradigma do projeto de “modernização” do Estado capitalista no País. A partir de meados da década de 1980, o governo do Ceará passou por rápidas, profundas e contínuas alterações institucionais nos âmbitos administrativo, patrimonial e financeiro, decorrentes de uma transformação política que possibilitou a ascensão de uma nova classe dirigente composta por um grupo de empresários com raízes e interesses radicados no Ceará e formado na esteira do processo de modernização econômica promovido pela SUDENE. É neste ambiente que emerge a terceira fase do crescimento industrial cearense apontado por Amora (2007).

Esta transformação possibilitou uma reorganização e reestruturação política e administrativa por meio de reformas e ações saneadoras e modernizadoras da máquina pública através de um projeto denominado por Bonfim (1999) de “singularidade cearense” que antecipou a agenda de modernização da economia brasileira, conforme também destacado por Pires Souza (2005), precipitando a entrada cearense no neoliberalismo e na

sua política de desenvolvimento regional correlata: a guerra fiscal. Esse período, que teve início em 1987, apresenta-se emblemático para o estado do Ceará pela capacidade do novo governo em formular e implementar um projeto estadual de crescimento e maior diversificação com foco na criação de infraestrutura e na atração de investimentos que teria importante papel na tentativa de espraiamento da atividade econômica para além da RMF.

Em 1989, no final da primeira gestão de Tasso Jereissati, após o severo ajuste fiscal e administrativo, o governo do estado do Ceará, através da Secretária de Indústria e Comércio (SIC), divulgou o documento “A nova política industrial do Ceará: interiorização do Desenvolvimento” que estava assentada nas seguintes ações prioritárias: 1) programas de interiorização; 2) programa de promoção industrial; 3) programa mineral; 4) programa de desenvolvimento tecnológico industrial e; 5) projetos especiais. O documento apresentava um objetivo bastante pretensioso para uma política industrial: o de direcionar uma política industrial para contribuir com a erradicação da pobreza. Entendia que o círculo vicioso desemprego–miséria–necessidades primárias só poderia ser quebrado pela criação de trabalho. Dessa forma, apontava como objetivo final da “nova política”, a “criação de trabalho” que seria atingido pelo correto equacionamento de estratégias voltadas para a geração de novas oportunidades de investimento principalmente nos setores industrial e comercial, considerados no documento como os mais dinâmicos para o crescimento econômico e que deveriam ser transformados em ferramentas indispensáveis na luta contra a miséria. Segundo o mesmo documento, a “nova política” constituía-se em um programa industrial integrado olhando o Estado em sua totalidade. Explicitando, assim, o seu segundo objetivo que se referia à desconcentração da atividade industrial (altamente concentrada na capital) e dos indicadores sociais, o que teria rebatimento direto sobre os fluxos da rede urbana estadual.

O programa de promoção industrial estava voltado para identificação de novas oportunidades e para atração de novos investimentos pela garantia de incentivos financeiros e de infraestrutura através dos seguintes projetos: Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI; distritos industriais; feiras e exposições; identificação de oportunidades industriais; perfis industriais; e compras governamentais. Estabelecia-se àquele momento a institucionalidade capaz de inserir o Ceará na guerra dos lugares imposta pelo aprofundamento da mundialização do capital, possibilitando à elite empresarial que assumiu o poder político articular seus interesses aos interesses emergentes do movimento geral na economia brasileira e mundial, a partir do aprofundamento da internacionalização das economias num contexto de reestruturação produtiva que passou a exigir novas formas de gestão territorial.

Dentre aqueles projetos, destacava-se o FDI que dava sustentação ao financiamento para aquisição de áreas nos distritos industriais e financiava parte do capital de giro das

novas empresas. Este Fundo foi operado através do Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), principal incentivo ao desenvolvimento industrial. A partir desse momento o governo estadual passou a ofertar incentivos fiscais através de empréstimos concedidos sobre o valor do ICMS a título de financiamento de capital de giro. Iniciava-se mais sistematicamente o uso dos instrumentos típicos da guerra fiscal, confirmando que a articulação que esteve presente nas ações federais e do governo estadual na fase anterior se rompeu com a crise pós-1980, dada a incapacidade de o Estado brasileiro arbitrar, a partir de então, um projeto nacional nos moldes requeridos para um país federativo, fato que continuaria na década seguinte em decorrência do avanço do neoliberalismo. O espaço cearense tornava-se adaptado, a partir das ações do executivo estadual, às exigências da globalização, ao se criar condições de atratividade capaz de integrá-lo, simultaneamente, ao processo de reestruturação produtiva em curso no país e ao circuito de valorização internacional da riqueza.

Entre 1989 e 2003 foram realizadas quatro alterações no mecanismo de incentivo fiscal do Ceará. A primeira, de 1994, tornou a renúncia fiscal mais evidente. As mudanças de 1995, 2002 e 2003 discorriam sobre os critérios para concessão dos incentivos, beneficiando indústrias que se localizassem a uma maior distância da RMF, procurando desenvolver aglomerações produtivas em várias partes do estado, ou ainda elencando critérios como número de empregos, valores investidos, município de localização que elevariam o valor do incentivo e do prazo para indústrias beneficiadas. No ano de 2003, também foi alterada a sistemática de concessão de incentivo passando a ser adotado um sistema de deferimento do ICMS ao invés do sistema de empréstimo até então concedido.

De forma geral, até 1989, o objetivo da política no Ceará foi sempre a de mera atração de investimentos, sem uma preocupação com a concentração espacial dos mesmos. Posteriormente, incorpora-se a preocupação com o crescimento do emprego industrial e com a desconcentração da atividade produtiva como forma de reduzir os desequilíbrios econômicos intra-estaduais.

Tornando-se atrativo ao capital extra-regional e internacional posto que sustentado pelos instrumentos de atração de investimentos criados/adaptados, alguns centros regionais interioranos conseguem se diferenciar como pólos mesorregionais e não obstante a inexistência de boa dotação infraestrutural, a abrangência destes centros pelos incentivos contribuiu para a instalação de inúmeras empresas, sem, contudo, reverter a concentração metropolitana. Cidades como Sobral e Tianguá no norte do estado, a conurbação formada por Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha no sul, Iguatú no Centro-Sul, Quixadá no Sertão Central, e as localizadas na periferia imediata à RMF, receberam empresas dos setores de calçados, têxtil e alimentos, provenientes principalmente de estados da Região Sul do país. Limoeiro, na região do Jaguaribe, apresenta mudanças decorrentes do avanço de sua

fruticultura irrigada, mais tecnificada e internacionalizada, fazendo-lhe emergir uma maior diferenciação terciária.

Os reflexos da reestruturação na economia cearense derivadas das novas políticas e dos movimentos gerais das economias brasileira e mundial são observadas nestes deslocamentos tendo em vista a ênfase na interiorização do desenvolvimento industrial que começa a afetar, ainda que lentamente, a macrocefalia antes referida. No entanto, esse processo se expressa menos na reversão da concentração metropolitana – visto que a RMF recebeu a maior parte dos projetos incentivados (PONTES, 2005) - e mais numa lenta diversificação do terciário que surge como exigência da maior conexão dos “espaços eleitos” do interior aos circuitos de valorização do capital. Não por acaso, a participação do interior é crescente nas exportações estaduais (TABELA 5).

Deve-se destacar que a mudança na orientação espacial da “política industrial” cearense ocorreu num momento em que o processo de abertura acelerada e não planejada da economia brasileira durante o governo Collor de Mello (1990-1992) obrigou as empresas no país – especialmente as industriais – a ajustes face a maior concorrência externa. O ajuste praticado foi do tipo defensivo – enxugamento das linhas de produção e superexploração da força de trabalho em face a defasagem tecnológica e a baixa capacidade para inovar das firmas -, forçando, pelo lado da demanda empresarial, uma redução de custos que encontrou contrapartida, pelo lado da oferta, em dois elementos decisivos para compreender a atratividade cearense aos investimentos: incentivos fiscais institucionalizados pela nova “política industrial” do estado e força de trabalho barata e abundante, especialmente no interior.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com a reestruturação do setor calçadista nos anos noventa que encontraria na região Nordeste em geral, e no Ceará em particular, as condições favoráveis para a realocação industrial, especialmente a partir do Sul do país. Força de trabalho barata e incentivos fiscais formaram o binômio que atraiu para a região importantes empresas como Grendene, Azaléia, Dakota, Ramarim, Via Uno, Paquetá, Piccadilly, Bibi, Democrata, Agabe, Samello, todas de grande porte para os padrões do setor: “(...) em geral, grandes empresas que têm capacidade de manter elevadas economias de escala e de escopo relacionadas com a integração dos processos de produção, de comercialização e de distribuição. Têm, ainda, maior poder de barganha junto às instituições locais” (ADBÍ, apud MACEDO, 2010, p. 142). Portanto empresas com imensa capacidade de movimentar os ativos territoriais para garantir sua acumulação a partir da ligação local-global de sua produção e distribuição, conforme destacou Macedo (2010).

Por esta razão o Ceará, maior produtor nordestino de calçados, aumentou significativamente sua participação nas exportações do país passando de 1,1% do total nacional exportado em 1989 para 13,8% em 2008 nesta atividade. Observa-se, portanto,

neste estado, em particular em seu segmento calçadista, um forte viés exportador que indica uma forma de apropriação do território com vistas a uma maior articulação local-global promovida pelas grandes empresas do setor a partir da institucionalidade constituída para aumentar a atratividade do território cearense ao circuito de valorização do capital. Vale destacar que majoritariamente esta produção exportadora encontra-se no interior do estado, seja no setor calçadista e têxtil, seja na fruticultura, contribuindo para a diversificação do terciário não metropolitano.

A seção seguinte busca revelar os fundamentos deste processo intermediado pela política de atração de investimentos qualificando-o ao mesmo tempo que buscar espacializar a dinâmica recente da economia cearense.

5. ABERTURA COMERCIAL, INSERÇÃO EXTERNA E DINÂMICA TERRITORIAL CEARENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: NOVAS TERRITORIALIDADES?

5.1. Quadro geral no início do século XXI

Considerando a distribuição da população ao longo das décadas assinaladas, dois movimentos chamam a atenção: o primeiro é o processo de acelerada concentração na Mesorregião Metropolitana de Fortaleza até 1991; o segundo, o seu arrefecimento a partir de então. Entre 2000 e 2010, apesar de um pequeno aumento dela no total estadual (+0,4%) observa-se tendência de relativa estabilidade na distribuição espacial. Este movimento geral associa-se tanto a mudanças no padrão demográfico quanto à dinâmica da economia cearense que desde os anos 1990, tem políticas de atração de investimentos que possibilitaram a incorporação mais rápida de parte do interior do estado ao circuito de geração e valorização da riqueza. Embora não tenha revertido a concentração metropolitana, arrefeceu-lhe o crescimento populacional que poderia ter-lhe sido maior.

É importante registrar que além das mudanças no padrão demográfico, da política estadual de atração de investimentos e da dinâmica mais geral da economia brasileira e mundial que rebatem diretamente sobre o espaço cearense, há indicativos de que as políticas sociais responderam também, ainda que parcialmente, por esse movimento de arrefecimento da concentração intra-estadual. Isto porque os benefícios relativos à previdência rural garantidos pela Constituição de 1988 e as políticas de descentralização de serviços públicos, a maior formalização do mercado de trabalho, além dos programas de transferência de renda a partir da segunda metade da década de 1990, e especialmente a partir de 2003, têm impacto importante sobre áreas interioranas^{viii}. Estas concentram parcela grande da força de trabalho agrícola que continua representando parte expressiva da população empregada no estado, com forte informalização^{ix}, o que a tornaria a principal beneficiária da universalização da aposentadoria rural pós-1988.

Ademais, as áreas rurais são aquelas nas quais a pobreza é maior. Portanto, tornam-se subespaços mais sensíveis aos programas focalizados, razão pela qual áreas menos dinâmicas e com piores indicadores apresentam peso maior dos recursos do bolsa-família em relação ao PIB municipal como nos Sertões Cearenses e no centro-Sul Cearense – além das microrregiões menos dinâmicas economicamente no Noroeste - enquanto que em áreas dinâmicas do interior (Sobral, Baixo Jaguaribe e Cariri) essa relação é um pouco menor.

Observa-se, portanto, diversificação do espaço cearense muito mais complexa do que sugere a tradicional separação Capital-Interior_{ce}, posto que o segundo aumenta sua diferenciação interna tornando esse recorte mais restrito para a compreensão da dinâmica sócio-econômica e territorial do estado. No interior, observam-se áreas com algum dinamismo atreladas às atividades de exportação ou de inserção no mercado interno (pólo calçadista e ensino Universitário no aglomerado Crato-Juazeiro-Barbalha, têxtil e ensino Superior em Sobral e fruticultura irrigada no Jaguaribe) e outras áreas sem atrativo ao capital privado, fortemente dependentes de transferências intergovernamentais e políticas sociais focalizadas.

No item seguinte é feita uma breve análise da evolução do emprego, tomando por base tanto os dados da RAIS/MTE e da PNAD.

5.2. Evolução dos empregos formais

A participação do interior do estado no emprego formal total passou de 23,8% em 1994 para 32,5% em 2009; em relação à indústria de transformação – principal alvo das políticas estaduais de atração de investimentos -, essa participação passou de 14,7% para 33,5%. No entanto, esse movimento deu-se de forma bastante diferenciada mesorregionalmente. De forma geral, entre 2000 e 2009, houve desconcentração relativa em termos de empregos totais entre as sete mesorregiões do Ceará comparativamente a Mesorregião Metropolitana de Fortaleza. No entanto, esta desconcentração favoreceu basicamente as duas mesorregiões que lhe são limítrofes: Noroeste Cearense (7,6% para 9,4%); e Norte Cearense (de 5,6% para 6,3%), indicando o caráter bastante limitado deste processo. Com exceção da Mesorregião Sul Cearense, as demais mesorregiões, Sertões Cearenses (3,9% no emprego total e 1,1% no emprego industrial, em 2009), Jaguaribe (4,2% no emprego total e 4,0% no emprego industrial), e Centro Sul Cearense (2,3% no emprego total e 1,5% no emprego industrial), continuam apresentando participação muito reduzida tanto nos empregos totais quanto nos empregos industriais, o que revela pouco dinamismo econômico em relação às outras mesorregiões do estado no período considerado.

Em síntese, entre 1990 e 2009, o emprego industrial continuou concentrado nas 5 microrregiões com relativa importância em termos de emprego industrial de um total de 33

microrregiões que compõem o estado do Ceará, indicando uma desconcentração fortemente concentrada. Em 2000, as microrregiões de Sobral, Fortaleza, Pacajús, Baixo Jaguaribe e Cariri concentravam 87,1% do emprego industrial do estado enquanto em 2009 essa participação aumentou ligeiramente para 87,8%. Entre essas microrregiões constata-se o espraiamento do emprego industrial da microrregião de Fortaleza em direção a região noroeste, de forma concentrada (Sobral), e de forma menos concentrada para a região norte (Mesorregião Norte Cearense) em detrimento do restante do estado. Os dados sugerem que a perda relativa da microrregião de Fortaleza (75,0% para 67,7%), foi absorvida pelas microrregiões de Sobral (9,0% para 12%), Pacajús (4,3% para 7,7%) e pelas microrregiões da Mesorregião Norte Cearense. A microrregião Baixo Jaguaribe registrou perda na participação no emprego industrial (4,0% para 3,7%) e a microrregião do Cariri modesto aumento (7,7% para 8,2%), em comparação a essas cinco microrregiões.

Deve-se considerar, no entanto, algumas especificidades que se constituem, especialmente neste início de XXI. É o caso, por exemplo, da Mesorregião do Jaguaribe que, a despeito da baixa participação no total dos empregos e dos empregos industriais, respondia por 39,5% do emprego formal total do setor primário em 2009 ante 9,9% em 1994, 10,7% em 1999 e 31,7% em 2002, numa crescente e nítida especialização que reflete os avanços da fruticultura irrigada de exportação que a coloca com participação crescente nas exportações cearenses segundo sede fiscal (TABELA 4). O mesmo acontece com a Mesorregião Noroeste cujo crescimento das exportações segundo a sede fiscal foi proporcionalmente maior do que o crescimento de sua participação nos empregos totais e industriais, em decorrência das exportações de calçados, fortemente influenciada pelo desempenho de Sobral.

Por isso, tão importante quanto verificar a distribuição espacial das atividades e do emprego no estado é analisar as mudanças estruturais em cada uma dessas regiões, especialmente aquelas para as quais há uma reorganização dos serviços que derivam da emergência de novas atividades no interior, em especial nas áreas que conseguiram se beneficiar do espraiamento, ainda que limitado, da indústria e/ou aumentar suas conexões com a economia internacional por meio de atividades exportadoras que se instalaram em seus territórios, fazendo emergir atividades terciárias.

Com base nos dados da RAIS/TEM, seguindo a classificação de serviços proposta por Browning e Singelmann (1978) e considerando o recorte RMF x Interior_{CE}, observa-se que entre 1994 e 2009 o segundo aumentou sua participação no total dos *Serviços Distributivos* do estado passando de 13,5% (1994) para 24,3% (2009). Esses serviços englobam atividades necessárias à circulação das mercadorias, como as de transporte e armazenagem e seu crescimento indica maior articulação da base produtiva do interior com os mercados (regional, nacional e/ou internacional). Em contrapartida, os *Serviços de apoio*

às *Empresas*, que englobam atividades mais especializadas e com grande poder de comando sobre a produção e a distribuição, como as atividades financeiras e de consultoria, concentraram-se na RMF cuja participação no total estadual aumentou de 91,8%% (1994) para 94,9% (2009), com expansão relativa expressiva pós-2002, estimulada pelo ciclo recente de crescimento da economia brasileira. Esses números evidenciam que apesar da desconcentração espacial do emprego formal, a RMF aumentou seu predomínio nas atividades terciárias mais sofisticadas, o que indica reforço em seu papel preponderante sobre a rede urbana estadual. Por outro lado, em *Serviços Sociais* e *Serviços Pessoais* a participação do Interior aumenta no total do estado. No geral, observa-se que não há um movimento uniforme entre elas, ao contrário, existem especificidades que exigem estudos mais detalhados (e *in loco*) para entender a dinâmica de cada uma.

Considerando-se os dados da PNAD (TABELA 5 e 6) para o período 2002 e 2009, que representou uma inflexão no crescimento da economia brasileira *vis a vis* as duas décadas anteriores que foram de baixo dinamismo, observa-se que as mudanças na distribuição e na estrutura do emprego são menos nítidas, embora seja possível verificar crescimento das atividades terciárias (*Serviços Distributivos; de apoio às Empresas; Sociais; Pessoais*) que passaram de 48,5% (2002) para 52,7% (2009) do total dos empregos no Ceará. Em todos esses serviços, o interior aumenta sua participação indicando crescimento e diversificação de seu terciário diretamente ligado aos movimentos descritos anteriormente e também à sua maior urbanização. No entanto, observa-se que nos *Serviços de apoio às Empresas* a participação da RMF é significativamente alta, o que confirma a dificuldade de desconcentração de determinadas atividades que dependem de vantagens metropolitanas e de economia da proximidade não alcançável em todos os lugares como são aquelas mais sofisticadas. Isso parece indicar que mesmo que as atividades dinâmicas do interior promovam crescimento econômico maior do que a região da capital, esta continuará concentrando os serviços mais avançados, reforçando a divisão intra-estadual do trabalho que a despeito de uma possível desconcentração econômica futura reforçará o papel do terciário mais diversificado da RMF, a despeito do crescimento dos serviços em cidades interioranas que exercem alguma centralidade sobre núcleos menores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar a evolução da rede urbana cearense, a partir de uma perspectiva histórica. Caracterizada por uma macrocefalia com origens no processo histórico de sua formação econômica, observou-se que a excessiva concentração – econômica e populacional – na RMF não diminuiu, embora tenha arrefecido nas últimas duas décadas, com os programas estaduais direcionados a partir dos anos noventa para interiorização dos investimentos. A partir daquela década, no entanto, observa-se que

algumas partes do interior beneficiaram-se dessas políticas que se mostraram bastante seletivas.

O resultado foi uma maior diferenciação do espaço cearense marcado por algumas áreas dinâmicas que conseguiram articular-se às economias nacional e internacional e outras com baixo dinamismo, fortemente dependente de transferências intergovernamentais. O avanço da urbanização e das atividades incentivadas promoveu uma maior diversificação e diferenciação no terciário cearense, com surgimento de atividades que aumentaram a conexão das áreas dinâmicas. É o que se percebe, por exemplo, com algumas áreas interioranas cuja participação crescente nas exportações estaduais fez emergir atividades de apoio à maior circulação de mercadorias. Por outro lado a capital, apesar de perder participação no emprego industrial, continua concentrando (e até aumentou) a participação nos serviços mais importantes que dependem de vantagens metropolitanas, indicando que, a despeito de qualquer possibilidade de desconcentração futura da atividade produtiva no estado, ela continuará exercendo forte poder de comando sobre a produção interiorana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. de. Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. In: **Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. 3 ed. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial da UFC, 1999. (p. 59-164)
- AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, J. B. da CAVALCANTI, T. C., DANTAS, E. W.C [et al]. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª. Ed.. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- ARAÚJO, N. G. A industrialização no Ceará: breves considerações. **Boletim Goiano de Geografia**. V. 27, n. 2, jan/jun 2007. Goiânia: UFG, 2007.
- AQUINO, J. A. de. **Processo decisório no Governo do Estado do Ceará**: o porto e a refinaria. Fortaleza: Departamento de Ciências Sociais e Filosofia – UFC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2000. (Dissertação de Mestrado).
- BAR-EL, R. (org). **Desenvolvimento com equidade e redução de pobreza**: o caso do Ceará. Fortaleza: Premium, 2006.
- _____. **Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.
- BARREIRA, I. A. F. Pensamento, palavras e obras. In: In: **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, pp. 63-82, 2002.
- BERNAL, M. C. C. **A metrópole emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste S.A., 2004.
- BONFIM, Washington Luis de Souza. **Qual mudança?** Os empresários e a Americanização do Ceará. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário do Rio de Janeiro,- IUPERJ 1999.
- BROWING, H. C., SINGELMANN, J. The transformation of the US labour force: the

interaction of industry and occupation. **Politics and Society**. Springfield, v. 8, n 3-4, p. 481-509, 1978.

CANO, W. Questão regional e urbana no Brasil: alguns impasses atuais. IN: DINIZ, C. C. (org.). **Políticas de desenvolvimento regional** – desafios e perspectivas á luz das experiências da União Europeia e do Brasil. Brasília: Editora da UNB, 2007, pp. 249-265.

CAVALCANTI, E. R. **Desigualdade e seletividade no território cearense**: o ideário desenvolvimentista dos “Governos das Mudanças” (1987-2007) na estruturação da rede urbana do Ceará. Recife: Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 2008 (Dissertação de Mestrado).

CEARÁ. **A nova política industrial do ceará**: interiorização do Desenvolvimento. Fortaleza-Ce, 1989.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo: Editora Nacional, 17ª ed., 1980 [1959].

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões**: continuidades e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

GUIMARÃES NETO, J. L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

LIMA, C. F. **A construção do Ceará: temas de história econômica**. Fortaleza: Instituto Albaniza Sarasate, 2008.

LIMA, J. P. R, ARAÚJO, L. A. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 33, jul./dez., pp. 45-77, 2009.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008). Campinas: IE-UNICAMP, 2010 (Tese de Livre Docência).

MORAIS, J. M. L. e RODRIGUES, A. da S. **Política industrial em nível subnacional no Brasil**: uma avaliação de seus resultados para o Estado do Ceará – 1987/2001. In: Revista Economia em Debate. Crato/CE: Ano 01, no. 01, pp.173-217, 2007.

PARENTE, J. C. O Ceará e a modernidade. In: **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, pp. 125-144, 2002.

PIRES SOUZA, Fernando J. Transformações políticas e institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do estado. In: Encontro Nacional de Economia Política, 10, 2005, Campinas, **Anais...** São Paulo: SEP, 2005.

PONTES, Paulo Araújo et al. Incentivos estaduais à indústria de transformação e a geração de emprego: um estudo de caso para o estado do Ceará. In: Encontro Economia do Ceará em Debate, 6, Fortaleza, **Anais...**, Fortaleza: IPECE, 2010.

SILVA, J. B. da CAVALCANTI, T. C., DANTAS, E. W.C [et al]. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

ANEXOS - TABELAS

TABELA 1 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ POR SUBERÍODO INDICADO (EM %)

Região	1970-1980	1980-1990	1990-1999	1970-1999
Ceará	10,8	4,7	4,6	6,8
Nordeste	8,7	3,3	3,0	5,1
Brasil	8,6	1,6	2,7	4,4

Fonte: SUDENE/Agregados Regionais.

TABELA 2 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DO PIB – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E FORTALEZA POR SUBERÍODO INDICADO (EM%)

Ano	Região			
	Brasil	Nordeste	Ceará	Fortaleza
1872-1890	2,1	1,4	0,6	-0,2
1890-1900	2,0	1,2	0,5	1,7
1900-1920	2,9	2,6	2,2	2,5
1920-1940	1,5	1,3	2,3	4,3
1940-1950	2,3	2,2	2,6	4,1
1950-1960	3,2	2,2	2,2	6,7
1960-1970	2,9	2,5	3,0	5,1
1970-1980	2,5	2,1	1,8	4,5
1980-1991	1,8	1,7	1,5	2,8
1991-2000	1,6	1,3	1,7	2,1
2000-2010	0,9	0,8	1,0	0,8

Fonte: Censos demográficos/IBGE. Diversos anos. Elaboração própria.

TABELA 3 – CEARÁ: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES (EM %) - 1970-2010

MESORREGIÃO	1970	1980	1991	2000	2010
Noroeste Cearense	18,4	17,1	16,2	15,9	16,0
Norte Cearense	14,0	12,7	11,8	11,8	12,1
Metropolitana de Fortaleza	24,6	30,8	37,0	39,4	39,8
Sertões Cearenses	16,3	14,6	12,2	11,0	10,5
Jaguaribe	7,8	7,3	6,7	6,5	6,4
Centro-Sul Cearense	6,5	5,8	5,3	4,8	4,6
Sul Cearense	12,5	11,7	10,8	10,6	10,6
TOTAL CEARÁ	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico/IBGE. Elaboração dos autores.

TABELA 4 – CEARÁ: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES SEGUNDO DOMÍLIO FISCAL E MESORREGIÃO DO IBGE – 2000-2009 (EM %)

MESORREGIÃO	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Noroeste Cearense	8,4	10,6	13,3	13,6	13,7	10,9	11,5	12,0	14,8	16,2
Norte Cearense	19,4	23,5	24,1	22,6	22,8	22,2	19,7	19,1	20,3	20,4
Metropolitana de Fortaleza	63,6	53,7	48,5	51,0	51,7	53,9	53,2	52,6	47,6	46,0
Sertões Cearenses	1,8	2,0	1,8	1,5	2,3	3,0	3,6	4,3	3,9	4,3
Jaguaribe	5,7	9,8	11,5	9,0	8,3	8,9	9,5	8,8	11,4	11,7
Centro-Sul Cearense	0,0	0,1	-	-	0,0	0,0	-	0,0	0,1	0,0
Sul Cearense	1,1	0,3	0,9	2,3	1,3	1,0	2,6	3,1	2,0	1,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração dos autores.

TABELA 5 – CEARÁ, RM E INTERIOR: ESTRUTURA DO EMPREGO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA – 2002 E 2009 (EM %)

ATIVIDADES	ANO=2002			ANO=2009			Δ2009-2002		
	RM	Interior	Ceará	RM	Interior	Ceará	RM	Interior	Ceará
Agricultura, pecuária e silvicultura	4,7	46,8	30,8	3,5	40,6	25,8	-1,2	-6,2	-5,0
Serviços Distributivos	27,0	14,8	19,4	26,8	16,2	20,4	-0,3	1,4	1,0
Serviços Produtivos	8,7	1,6	4,3	10,0	2,0	5,2	1,3	0,4	0,9
Serviços Sociais	16,1	10,7	12,7	15,2	11,3	12,8	-0,9	0,6	0,1
Serviços Pessoais	18,0	8,5	12,1	18,4	11,5	14,3	0,4	3,0	2,2
Indústria Extrativa	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	-0,2	-0,1
Indústria de Transformação	17,6	11,7	13,9	18,3	12,7	14,9	0,7	1,0	1,0
SIUP	0,4	0,3	0,3	0,4	0,1	0,2	0,1	-0,2	-0,1
Construção Civil	7,3	5,4	6,1	7,3	5,6	6,3	0,0	0,2	0,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0

FONTE: PNAD. Elaboração própria.

TABELA 6 – CEARÁ, RM E INTERIOR: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA – 2002 E 2009 (EM %)

2002	2002			2009			Δ2002-2009		
	RM	Interior	Ceará	RM	Interior	Ceará	RM	Interior	Ceará
Agricultura, pecuária e silvicultura	5,7	94,3	100,0	5,4	94,6	100,0	-0,4	0,4	0,0
Serviços Distributivos	52,7	47,3	100,0	52,3	47,7	100,0	-0,4	0,4	0,0
Serviços Produtivos	76,9	23,1	100,0	76,6	23,4	100,0	-0,3	0,3	0,0
Serviços Sociais	47,9	52,1	100,0	47,1	52,9	100,0	-0,8	0,8	0,0
Serviços Pessoais	56,3	43,7	100,0	51,3	48,7	100,0	-4,9	4,9	0,0
Indústria Extrativa	28,7	71,3	100,0	75,4	24,6	100,0	46,6	-46,6	0,0
Indústria de Transformação	47,9	52,1	100,0	48,9	51,1	100,0	1,1	-1,1	0,0
SIUP	41,6	58,4	100,0	69,3	30,7	100,0	27,7	-27,7	0,0
Construção Civil	45,2	54,8	100,0	46,3	53,7	100,0	1,1	-1,1	0,0

FONTE: PNAD. Elaboração própria.

ⁱSobre o papel do capital mercantil na urbanização e na dinâmica de desenvolvimento regional no Brasil, ver Cano (2010).

ⁱⁱSobre breve histórico da formação da rede urbana cearense, ver Cavalcanti (2008), especialmente item 1.3.

ⁱⁱⁱFurtado (1959) faz uma síntese da importância dessas atividades para a organização espacial da região Nordeste.

^{iv}A estruturação do binômio latifúndio-minifúndio derivado do complexo pecuária-algodão importante de ocupação do interior, originando um reservatório populacional extremamente vulnerável às condições climáticas que submetido à baixa produtividade econômica tornaram-se potencialmente itinerantes constituindo a base de emigrantes cearenses.

^vTradicionais no sentido de serem essas as atividades que predominavam na fase anterior. Conforme destacado, elas passaram por processo de modernização.

^{vi}As informações neste parágrafo foram levantadas a partir do Anuário Estatístico do IBGE e da Revista de Finanças Municipais da Secretária do Tesouro Nacional.

^{vii}A Região Metropolitana de Fortaleza foi criada em 1973 pela LCF 14/73 juntamente com as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Curitiba e Porto Alegre. Passou por alterações em 1986, 1991, 1999 e em 2009 pela inclusão de mais municípios.

^{viii}Cano (2007) aponta, inclusive, para o fato sui generis de que a urbanização em partes de algumas áreas, como no semiárido nordestino, não decorre da expansão da agricultura, nem da indústria e tampouco do serviço público, mas seria movida pelos efeitos das políticas sociais. Sobre esta questão ver o trabalho de Gomes (2001), que estabeleceu o conceito de "economia sem produção" e a atualização deste no trabalho de Lima e Araújo (2009).

^{ix}No Ceará, segundo informações da PNAD 2009, apenas 5% da população empregada com mais de 10 anos apresenta carteira de trabalho assinada, contra uma média de 16,7% do Nordeste e 29,5% do Brasil.